

Os princípios teóricos e metodológicos dos Parâmetros em Ação: um olhar sobre a formação docente

Maria Joselia ZANLORENSE¹

Michelle Fernandes LIMA²

Resumo: Este trabalho agrega-se à pesquisa realizada no Curso de Pedagogia intitulada: *Uma análise sobre a formação dos Professores, nos documentos dos Parâmetros em Ação*. Analisamos nessa investigação os documentos: Parâmetros em ação dimensão pedagógica, A natureza da assessoria no “programa Parâmetros em Ação”, Referenciais para formação de professores e Parâmetros Curriculares Nacionais da teoria à prática. Tratando-se de uma análise documental, o presente trabalho inquiriu conhecer e interpretar os princípios teóricos e metodológicos presentes nos documentos que fundamentaram a formação dos professores a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Pertinentes a esta questão evidenciam-se neste estudo, os pressupostos teóricos metodológicos contidos nos documentos estudados, a tendência pedagógica indicada para o procedimento do professor, avaliação e os recursos didáticos indicados pelos referenciais mencionados, a fim de orientar as ações dos professores. Este artigo tem por objetivo, apontar os ideários neoliberais nele contidos, bem como o lema “aprender a aprender” incluído nesta proposta e a sua materialização na formação dos professores perfil dos quais buscamos evidenciar neste estudo.

Palavras-chave: Parâmetros em Ação, Formação de professores, Políticas Educacionais, História da Educação.

¹Maria Joselia Zanlorense, acadêmica do 4º ano de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO. Irati. PROFORMAR. Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação de Professores. mjzanlorense@hotmail.com.

²Michelle Fernandes Lima. Professora Mestre em Fundamentos da Educação da Universidade Estadual do Centro Oeste – DEPED-UNICENTRO-Irati. PROFORMAR. Grupo de estudos e Pesquisa em Formação de Professores. mfernandeslima@yahoo.com.br

Introdução

Este artigo considera as reformas educacionais ocorridas na década de 1990, a trajetória e aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB n. 9.394/96 e todo o processo de elaboração e divulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) apresentados aos professores e a toda a sociedade brasileira.

O presente estudo ilustra a estrutura e a organização do documento intitulado *Parâmetros em Ação*, direcionado à formação de professores. Naquele período da história da educação brasileira, seus organizadores, suas finalidades e a metodologia utilizada para a materialização dos propósitos almejados neste documento.

Além do modelo curricular planejado para a educação, naquele momento da história, tem em sua proposta características definidas de sociedade, homem e educação, o que na concepção neoliberal seria a proposta viável para a manutenção e readequação do sistema produtivo vigente.

Este artigo apresenta, em ideias gerais, os princípios teóricos metodológicos que contribuíram para a implantação do ideário educacional construtivista defendido e apregoado pelos mentores deste documento responsáveis pelas reformas educacionais na referida época, bem como os fundamentos epistemológicos e as orientações pedagógicas elaboradas e oferecidas aos professores nos Parâmetros em Ação. Para a efetivação dos objetivos selecionados nos Parâmetros Curriculares Nacionais e, diga-se de passagem, estratégica e minuciosamente elaborados, para que o professor molde o aluno conforme as prerrogativas favoráveis ao mercado capitalista.

Juntamente com os referidos apontamentos, pretendemos discorrer e explicitar o perfil de professor que se pretendia formar no momento que a sociedade, os meios de produção e a educação brasileira sofreram profundas mudanças.

1.1 Aspectos metodológicos da investigação

O presente estudo parte de questões pertinentes ao modelo de educação

implícita nas reformas educacionais na década de 1990, e a busca de sua concretização por meio da proposta contida nos Parâmetros Curriculares Nacionais elaborados e distribuídos em nível nacional na década de 1990. Para compreender as intenções contidas na referida proposta por esse já mencionado buscamos conhecer as estratégias utilizadas para alcançar a consolidação dos objetivos contidos no projeto de sociedade por meio da educação pensado para aquele momento da história da humanidade. O que direcionou esse estudo para uma análise documental a partir de um olhar histórico sobre as reformas educacionais ocorridas na década de 1990.

Desta forma visamos primeiramente conhecer e compreender os acontecimentos no decorrer da história no que concerne à educação, e as influências que determinam suas reformas no decorrer dos tempos e no caso desta, em específico a década de 1990 na história da educação brasileira, em que houve a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais em Ação visando a formação do professor. Com a intenção de entender a realidade acima descrita partimos, pois da realidade posta no período já mencionado compreendendo a totalidade dos acontecimentos e suas múltiplas determinações.

Nesta perspectiva explanamos nesse estudo os princípios teóricos e metodológicos, a ideologia contida neste material e a influência dos ideários neoliberais que direcionaram a formação dos professores, uma vez que, para sua efetivação se fez necessário pensar em um modelo de professor que viesse a contribuir com a consolidação dos propósitos almejados para a sociedade e seu sistema vigente.

1.2 Organização dos Parâmetros em Ação

A concepção dos Parâmetros em Ação teve início em 1997, após sua primeira versão o mesmo é concluído e validado no ano de 1999. Posteriormente oferecido para todos os professores atuantes de 1ª a 4ª séries nas escolas municipais de todo o Brasil.

A organização deste alicerce para a formação profissional educacional brasileira contou com uma equipe que coordenou o trabalho de elaboração desse documento, sendo esta, composta por Ana Rosa Abreu, Maria Inês Laranjeira, Neide

Nogueira e Rosaura Soligo.

Este trabalho, conforme menciona o volume, *Referenciais para Formação de Professores* (1999) [1], também teve o subsídio de 22 consultores nacionais e internacionais que assessoraram na concepção e elaboração deste suporte educacional. Dentre eles podemos mencionar a presença do catedrático de Psicologia Educacional da Universidade de Barcelona/Espanha César Coll, da professora Délia Lerner, da Universidade de Buenos Aires/Argentina, e dos teóricos Antonio Nóvoa, da Universidade de Lisboa/Portugal, Philippe Perrenoud, da Universidade de Genebra/Suíça, entre outros que aqui não mencionaremos.

O referido material elaborado pela equipe indicada e selecionada pelo Ministério da Educação intitulado “Parâmetros em Ação” tem a finalidade de oferecer às Secretarias de Educação e escolas alternativas de estudos para a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, visando ser um instrumento para o desenvolvimento profissional dos educadores para contribuir com o debate e reflexão em relação à escola. E ainda sobre o desenvolvimento da prática de transformação da ação pedagógica, além de oferecer suporte para analisar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Apresenta ainda o incentivo para a utilização da TV Escola como suporte para novas ações na formação de professores. Sendo que os últimos, atuam para o público-alvo: Ensino Fundamental, 1ª a 4ª séries e Educação Infantil, Educação Indígena, Educação de Jovens e Adultos, também diretores de escola, coordenadores pedagógicos e equipes pedagógicas das secretarias, supervisores de ensino, entre outros.

O material direcionado aos professores é composto por três módulos: Educação Infantil, Alfabetização e primeiro e segundo ciclo do Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries). Cada módulo orienta as metas que se pretende atingir ao finalizar os estudos, tendo cada um deles tempo previsto para início e término de cada módulo.

Os encontros foram organizados de forma que para cada grupo de professores, havia um coordenador determinado pela Secretaria Municipal de Educação, podendo ser professores de universidades, integrantes de ONG, além de outras funções envolvidas com educação. Tornando-se estes, após receber capacitação do MEC responsáveis pela aplicação dos conteúdos e articulação entre os grupos de estudos. A depender do número de participantes, sugere o documento

aqui estudado, que se determine um coordenador geral para que acompanhe o desenvolvimento de determinados números de grupos de estudo.

Os Parâmetros em Ação elaborados pelo Ministério da Educação traz como proposta ao professor, uma aprendizagem coletiva que favoreça o desenvolvimento pessoal e profissional dos participantes. Com isso, visa proporcionar novas possibilidades de trabalho com os alunos visando à qualidade do ensino.

Para concretizar tais propostas, tal documento propicia o desenvolvimento de atividades, por meio de trabalhos em grupo. Momento que os professores compartilham de suas experiências desenvolvidas nas escolas, refletindo sobre as mesmas, favorecendo o acréscimo de elementos que possam aprimorar sua ação pedagógica. O documento, Referenciais para Formação de Professores, chama de “reflexão na ação”. (BRASIL, 1999, p. 60).

Direcionando nosso olhar para as afirmações que traz o documento aqui estudado, podemos averiguar a essência da proposta oferecida para a formação de professores no documento Parâmetros em Ação que define: “A ideia central é favorecer a leitura compartilhada, o trabalho conjunto, a reflexão solidária e a aprendizagem em parceria.” (BRASIL, 1999, p.5).

É importante apontar como já afirmamos no resumo desse artigo, que o ideário neoliberal é evidente nessa proposta de formação, pois utiliza do discurso do trabalho coletivo e do desenvolvimento de habilidades e competências como caminho para qualidade de ensino. Essa lógica das competências quando efetivada na organização curricular, relaciona os conteúdos escolares a uma utilidade no mundo especialmente do trabalho, ou seja, trabalhar com o útil.

Podemos observar tais afirmações nos documentos de formação profissional de professores. Brasil, Referenciais para Formação e Professores, (1999, p. 62):

O que se espera é que tais competências sejam desenvolvidas como necessárias, de modo a, consciente e intencionalmente, procurar garanti-las no conjunto da equipe. Para isso investir no aprendizado do trabalho coletivo: aprender a estudar, a pesquisar, a produzir coletivamente.

Nessa perspectiva, o MEC elaborou os Parâmetros em Ação, para que os professores vivenciem situações de aprendizagem enriquecedoras para sua prática. Como menciona outro documento também elaborado para esse momento, A

Natureza da Assessoria no Programa Parâmetros em Ação (BRASIL, 2000, p. 3) por meio de situações que “favoreçam a investigação, a reflexão e a capacidade crítica.”.

Assim, para dar continuidade ao tema aqui abordado, além de propiciar um entendimento da amplitude dos Parâmetros em Ação, discorreremos no próximo item, sobre os princípios teóricos metodológicos assumidos neste documento direcionados à formação de professores.

1.3 Os princípios teóricos metodológicos

Diante da proposta de formação para professores oferecida pelo MEC, torna-se pertinente que, perante os objetivos almejados em sua organização tais documentos tragam em si as origens conceituais referentes à formação que se pretende proporcionar aos profissionais da educação.

Quanto a esses conceitos primeiramente citaremos a concepção de sociedade emitida no volume, intitulado Parâmetros Curriculares Nacionais da teoria à prática [2] elaborado por Samuel Ramos Lago, no qual assume uma visão de sociedade marcada pelas relações capitalistas. Como podemos observar nas afirmações emitidas no documento já mencionado nesse parágrafo: “Sem desenvolvimento educacional não há desenvolvimento social, e vice-versa. O foco da escola é a ciência, produção humana determinada por fatores econômicos, sociais e culturais, nos quais também interfere.”. (LAGO, 1998, p. 8).

Com as afirmações acima citadas, evidencia-se também um modelo de educação que responda às necessidades que visem o desenvolvimento da sociedade. Justifica ainda o documento acima mencionado, a seguinte informação: “Desvincular a escola do processo produtivo é ‘tirar o seu chão’. É íntima a relação entre o nível de escolaridade e o nível de desenvolvimento econômico.” (LAGO, 1998, p. 10).

Nessa mesma perspectiva, se valida o modelo de homem objetivado pelo sistema capitalista. Ou seja, um homem que saiba ajustar-se às tecnologias, como afirma o mesmo documento “[...] o papel fantástico da tecnologia enquanto ‘extensão’ do corpo humano, sobretudo do cérebro.” (LAGO, 1998, p. 10). Assim, à escola cabe desenvolver as competências necessárias para que educação oferecida

ao indivíduo seja conveniente às necessidades econômicas e sociais da atualidade. Legitimando assim o conceito de educação, ou seja: de conhecimento, tanto exigido, quanto ofertado à sociedade contemporânea.

Fazemos menção ao propalado “aprender a aprender”, que define como função da escola, proporcionar um conhecimento para que o indivíduo mantenha-se adaptado ou busque constantemente a adaptação à sociedade. Como afirmam os PCN da “teoria à prática” (LAGO, 1998, p. 10) “[...] para que os alunos sejam membros ativos e úteis à sua comunidade.” Nessa perspectiva, o MEC, no volume A Natureza da Assessoria no “Programa Parâmetro em Ação” (BRASIL, 2000, p. 5), apresenta a novidade de que a ação do professor deve ser em prol de “despertar o desejo de aprender”, facilitando a aprendizagem do aluno e direcionando sua ação, conforme o interesse do mesmo. Consolida-se, aqui, o modelo de professor reflexivo, apresentado nos Parâmetros em Ação.

Partindo dessas premissas, materializa-se nessa proposta de formação para os professores, contida nos Parâmetros em Ação, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), elaborados em 1997 e apresentados solenemente a todos os professores no dia 15 de outubro, em comemoração ao seu dia, oferecido como presente e que nele contivesse a melhor proposta de educação já elaborada pelas reformas educacionais da atualidade. Tal afirmação, em relação à concretização dos PCN nos documentos para a formação de professores, contém sua justificativa quando no documento Parâmetros em Ação (1999, p. 3), apresenta a seguinte afirmativa:

É com satisfação que entregamos às nossas escolas, por meio das secretarias estaduais e municipais de educação, o material do projeto PARÂMETROS EM AÇÃO, (grifos do autor) que tem como propósito apoiar e incentivar o desenvolvimento profissional de professores e especialistas em educação, de forma articulada com a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, dos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e para a Educação Indígena e da proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos.

Destarte torna-se, pois necessário, questionar os esforços do Ministério da Educação em fazer consolidar o modelo educacional por meio dos Parâmetros em Ação, elaborados nos Parâmetros Curriculares Nacionais, especialmente para a sociedade brasileira. Seria então, os conteúdos dos PCN apropriados o suficiente para justificar a insistência de sua efetivação, ou esse modelo educacional seria uma

necessidade para atender certas exigências do mercado?

Relembrando o discurso do volume para a formação do professor, PCN'S da teoria à prática (1998), quando expressa a finalidade da educação no conceito dos que elaboraram as referidas propostas, o mesmo afirma: “Desvincular a escola do processo produtivo é ‘tirar o seu chão’”. (LAGO, 1998, p.8). Posterior a tal afirmativa evidenciam-se os reais interesses contidos na formulação dos PCN e que vão além das novidades para a educação. Utilizando-se ainda da seguinte justificativa “Precisamos reinventar a escola [...] Esta é a exigência profissional de um mundo globalizado. Esta é a linha traçada pelos **Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC)** [...] (grifos do autor)”. (LAGO, 1998, p. 3). Entre elas podemos mencionar os “temas transversais” direcionados para capacitar o cidadão a viver em sociedade.

Sociedade esta, vista e apresentada aos professores nos Parâmetros em Ação (1999), como uma sociedade harmônica em que reina a parceria, o trabalho conjunto e uma reflexão solidária. Não obstante, os Referenciais Curriculares para a Formação de Professores (1999), argumentam ser necessária para desenvolver a autonomia como capacidade pessoal, a existência de relações sociais, não autoritárias, prevalecendo à participação, liberdade de escolha, de decisões compartilhadas e com responsabilidade.

Esse modelo de educação, oferecido pelos Parâmetros em Ação utiliza-se de argumentos que induzem o professor a ações conjuntas e solidárias, tendo como intenção maior, alcançar os objetivos propostos pela equipe e para que isso aconteça, torna-se necessário eliminar as diferenças, propagando entre os alunos e disseminando posteriormente, o respeito mútuo defendido nos PCN. Atitude essa, que tem em vista, mediar os conflitos existentes na sociedade. E, à escola, é atribuída tal demanda. Mais uma vez utilizamos os conceitos de Duarte (2006, p. 50):

Por um lado, procura-se dar aos explorados e aos excluídos o suficiente para que sua condição concreta de vida não se torne generalizadamente insuportável e, por outro lado, busca-se difundir uma mentalidade de convivência pacífica, por meio da qual as desigualdades seriam identificadas com as diferenças, no intuito de enfraquecer qualquer clamor por uma sociedade menos injusta e desigual.

Nesse sentido, é quimérica a educação oferecida ao ensino público

brasileiro. Pois, enquanto defende um discurso que valoriza o conhecimento científico, assim como as questões sociais com seus temas transversais, torna obrigatório o ensino das disciplinas tradicionais como forma de manter seu desenho curricular. O que nada mais é do que um conhecimento utilitário com intenções bem definidas. Tais afirmações são validadas pelas palavras de Macedo (1999, p. 51):

[...] Em face das influências econômicas e industriais, a pressão por currículos utilitários permanece, historicamente, muito forte, a despeito de seu *status* social inferior. Esse movimento faz com que o caráter utilitário dos currículos seja fortemente preconizado; contudo, sua aplicação acaba ficando restrita às classes sociais menos favorecidas. No Brasil, a profissionalização proposta pela Lei 5.692/71 é um exemplo flagrante dessa realidade. Nela, a ideia de utilidade foi apresentada como ponto fundamental da política educacional do Estado, mas não chegou à formação das elites.

Podemos averiguar que a educação proposta pelas reformas educacionais, na década de 1990 aponta para a manutenção do sistema capitalista, assim como a preparação de trabalhadores. Tal educação é direcionada para a formação daqueles que ocupam o espaço de produção, pois os mesmos vendem sua força de trabalho para a subsistência e necessitam manter-se dentro do sistema produtivo. Para isso, são obrigados a aprender cada vez mais. Como se o fato freqüentar a escola equivalesse a oportunidades iguais a todos. Ou seja: aos pobres, cabe apenas receber uma formação básica para sua subsistência. Desse modo, embora as reformas educacionais inovem os conceitos referentes à educação permanece seu caráter excludente, que corresponde às vicissitudes e às demandas competitivas da sociedade capitalista. Como apresenta Frigotto, (1995, p. 78) “[...] estas mudanças conceituais funcionam como uma leitura invertida da realidade. Anuncia qualidade total, autonomia, flexibilidade e, reedita formas renovadas de exclusão [...]”.

Em relação à temática acima abordada, em que se remete à nova exigência de indivíduo e educação, Saviani expõe sua interpretação com a seguinte expressão:

Agora é o indivíduo que terá de exercer sua capacidade de escolha visando a adquirir os meios que lhe permitam ser competitivo no mercado de trabalho. E o que ele pode esperar das oportunidades escolares já não é o acesso ao emprego, mas apenas a conquista do *status* de empregabilidade (SAVIANI, 2007, p. 428).

Consequentemente refletindo sobre as afirmações dos autores acima

mencionados, verificamos que a sociedade corporificada na instituição escolar, oferece uma educação que distancia e escamoteia ainda mais as diferenças sociais. Sendo os discursos conceituais inovadores utilizados como estratégias para o convencimento daqueles que se sujeitam sem oportunidade de reflexão à educação “democrática”, porém, seletiva e imposta pelos detentores das decisões e dos rumos dados à educação brasileira. Assim, como pontua Frigotto (1995, p.104) “[...] e se encobre os mecanismos efetivos de recomposição dos interesses do capital e de seus mecanismos de exclusão.”.

Nessa mesma discussão, podemos observar que, a efetivação das propostas educacionais proporciona e exige da sociedade capitalista um indivíduo “educado”, formado conforme a necessidade do sistema produtivo. Em relação a esse conceito, Frigotto chama de “capital humano” e emite seu pensar do seguinte modo: Frigotto (1995, p. 92):

O *capital humano* é função de saúde, conhecimento e atitudes, comportamentos, hábitos, disciplina, ou seja, é expressão de um conjunto de elementos adquiridos, produzidos, e que, uma vez adquiridos geram a ampliação da capacidade de trabalho e, portanto de maior produtividade. O que se fixou como componentes básicos do capital humano foram os traços cognitivos e comportamentais.

Quanto à essa temática Frigotto (1995), esclarece tal conceito como um investimento do sujeito em si, na educação e no treinamento, dessa forma o indivíduo sobressai das condições em que se encontra alçando para um nível de conhecimento que possibilite sua adaptação, assim como a garantia de manter-se incluso na sociedade buscando nada mais que o seu equilíbrio social.

Após interpretarmos as questões pertinentes ao capital humano de Frigotto (1995), podemos observar que um dos componentes para o desenvolvimento de tal capital, foram os traços cognitivos.

Relacionando então o assunto último tratado, com os documentos analisados, acreditamos ser pertinente elucidar a postura construtivista neste aporte teórico direcionado à formação de professores. Quando o mesmo faz as afirmações evidencia-se nas elocuções dos Parâmetros Curriculares Nacionais da teoria à prática (LAGO, 1998, p. 13):

[...] E como se estrutura este processo de conhecimento? (...). As respostas determinam o processo epistemológico ao campo educacional. Para efeito de apresentação, consideram-se as etapas básicas: sensação, percepção, compreensão, definição, argumentação, discurso e transformação científica.

Fica, pois, explícita a concepção teórica assumida na proposta de educação, para a década de 1990, para formação dos professores. Tal posicionamento certifica tanto a fundamentação teórica, quanto as orientações pedagógicas direcionadas aos professores relativas ao seu proceder perante o aluno. Observamos as afirmações dos Parâmetros Curriculares Nacionais teoria e prática (LAGO, 1998, p. 32):

Com efeito, a validade da fundamentação epistemológica e a aplicabilidade dos princípios pedagógicos dependem da postura do professor, constituído em mediador na interação dos alunos entre si, o meio social, os objetos e os instrumentos do conhecimento.

Embora no decorrer de todo o texto do volume PCN da à teoria e prática, que traz em si, os pressupostos conceituais de homem, sociedade, educação e escola, além dos fundamentos epistemológicos, não se menciona em momento algum, trechos ou citações dos escritos de fontes diretas e sequer indiretas, do pesquisador construtivista Jean Piaget, como sustentabilidade teórica. Verificamos, apenas e tão somente, as referências no final do volume, o que, cientificamente não garante a acuidade do texto elaborado, assim como da proposta oferecida.

Outra questão, pertinente a tal assunto e que merece ser relatado neste momento, se tratando, pois de uma análise documental, também valorizando a importância do público que se pretendia atingir com o conteúdo, bem como a formação que se oferecia nos Parâmetros em Ação. Constatamos que o volume Parâmetros Curriculares Nacionais da teoria à prática foi elaborado e editado pela Editora Lago, criada em 1996, por Samuel Ramos Lago. Assim, para garantir maior credibilidade em nossos estudos, em sua página on-line, averiguamos seu depoimento quanto à criação da Editora Lago (1996 s/p):

Desenvolver obras que contribuam para um ensino de qualidade e com os

olhos voltados para o futuro. Com esse objetivo foi criada, em 1996, a Editora Lago pelo professor Samuel Ramos Lago, educador de renome nacional, que há mais 30 anos atua na área de educação e desenvolvimento de material didático.

Não o bastante, mas também sem contar com critérios que nos façam julgar a seriedade do trabalho dessa editora, observamos ainda em sua página virtual outra justificativa utilizada, que nos remete a interpretar bem como relacionar com os conceitos teóricos assumidos nos Parâmetros em Ação. Transcrevemos, adiante, tal conceito utilizado pela Editora Lago (1996 s/n), citado por César Coll. “O que importa é o que o aluno, efetivamente, aprenda e não o conteúdo transmitido pelo professor. Se o conteúdo trabalhado, tiver relação com a vida do aluno, o êxito será maior. ‘César Coll Salvador’.”

Nessa perspectiva teórica, a postura do professor nos Parâmetros em Ação é de fundamental importância para que o aluno desenvolva suas competências. Poderíamos afirmar que o sucesso e o avanço nas descobertas assim como na aprendizagem do último, possibilitam repensar, rever, manter ou renovar sua prática pedagógica, para que o aluno aprenda a aprender. Segundo o documento Parâmetros Curriculares Nacionais da teoria à prática (LAGO, 1998, p. 33): “O melhor professor é aquele que ensina a aprender”.

Assim, a aprendizagem nesta proposta educacional, é vista e apresentada com a valorização do cognitivo do aluno a qual prevalece e se sobrepõe a qualquer outro fator. Sendo então o desenvolvimento intelectual na concepção assumida nos PCN, como o elemento primordial para a aprendizagem. Observamos o que diz o volume da teoria à prática (LAGO, 1998, p. 22):

[...] Pela prática social e intelectual, os indivíduos aprimoram-se na produção dos conceitos de forma cada vez mais ágil, hoje potencializada pela tecnologia. (...). Nesta esfera de produção intelectual, o próprio pensamento (conceitos científicos) transforma-se também em objeto de estudo.

Sendo essa abordagem teórica, construtivista, retomamos os conceitos mencionados anteriormente, “repensar, rever, renovar”. Conceitos estes, que Duarte (2006, p. 57), apresenta como “o discurso de César Coll, de termos como releitura,

ressignificação, reinterpretarão, recontextualização”. Que nada mais são segundo Duarte (2006) do que o livre-arbítrio de César Coll de extrair das diferentes teorias o que lhe interessa, e lhe seja igualmente conveniente e proveitoso.

Assim, como a valorização dos traços cognitivos, citados acima por Frigotto (1995), que nos faz remeter e levantar questionamentos em relação à postura teórica apresentada na proposta educacional e que podemos defini-la como ambígua, conforme os argumentos teóricos percorridos nos textos dos documentos aqui estudados.

Para assegurar tais questionamentos, oferecemos alguns trechos dos documentos aqui analisados: primeiramente, utilizamos os argumentos que colocam Piaget e Vygotsky no mesmo posicionamento teórico quanto à aquisição de conhecimento: “[...] Efetivamente, não existe linguagem desprovida de conceitos. Tanto Piaget quanto Vygotsky concordam que a essência da tarefa educativa está na construção dos conceitos” (LAGO, 1998, p. 16).

Quando o documento acima mencionado, faz uso do termo “tanto/quanto” para referir-se a Vygotsky e Piaget, podemos interpretar que, este “tanto/quanto” além de subentender uma diferença entre os mesmos, indica uma manifestação de consciência dos que elaboraram os materiais aqui estudados, de que cada um destes estudiosos pertencerem a concepções filosóficas diferentes e opostas. Assim, o uso de suas teorias é justificado como complementares, embora a concepção de homem para os dois teóricos, Piaget e Vygotsky, sejam divergentes e sigam em linhas contrárias.

Contrapomos, então, as afirmações do documento Parâmetros Curriculares Nacionais da teoria à prática em relação aos teóricos com as palavras de Duarte (2006, p. 22):

[...] Podem ser consideradas apropriações pós-modernas da teoria vigotskiana aquelas que procuram na obra desse autor apoio para: 1. a defesa da centralidade das interações discursivas (a linguagem) na constituição do ser social, por oposição à concepção marxista, para qual o trabalho é o princípio fundante do ser social; [...].

Dando continuidade às comparações epistemológicas, podemos ressaltar

que em momento algum, o aporte teórico aqui mencionado apresenta em seu conteúdo a forma como a criança adquire o conhecimento na visão vygotskyana. Além do mais, o professor, no olhar construtivista, que é defendido nos Parâmetros Curriculares Nacionais “da teoria à prática” (1998) em que assume caráter de condutor da aprendizagem do aluno. O que se confirma, com a citação a seguir: (LAGO, 1998, p. 33.):

É o professor quem faz o aluno progredir, na medida em que desencadeia a problematização, oferece os materiais e orienta quanto aos procedimentos da aprendizagem. De fato, **não existe construtivismo sem bom professor.** (Grifos do autor) Ele é o suporte intelectual e emocional do aluno na interação com o meio, comprovando a constatação histórica de que, para além de toda e qualquer moderna teoria pedagógica, o professor continua sendo o modelo para seus alunos.

O caráter atribuído à aquisição do conhecimento, na visão construtivista, é por meio da descoberta, em que o professor propicia ao aluno momentos e oportunidades de aprendizagem, facilitando o processo das mesmas. Como o próprio documento PCN “da teoria a pratica” sustenta: “Ele é o planejador, o condutor do processo de aprendizagem, o grande incentivador e administrador da curiosidade de crianças e jovens”. (LAGO, 1998, p. 32). Enquanto que na teoria vygotskyana, a aprendizagem acontece na convivência com os demais seres humanos, assim como com o conhecimento já adquirido e acumulado historicamente pela humanidade. Como afirma Facci (2004, p. 202-203):

[...] Não é possível a existência de um psiquismo individual sem uma consciência social, pois as particularidades psicológicas da consciência individual só podem ser compreendidas mediante os vínculos com as relações sociais no contexto em que o indivíduo está inserido. [...].O processo de apropriação proporciona no indivíduo a reprodução das aptidões e propriedades historicamente formadas da espécie humana, inclusive a aptidão para compreender e utilizar a linguagem – por meio da qual se generaliza e transmite a experiência da prática sócio-histórica da humanidade.

Para sintetizar as ideias, ao analisarmos as citações acima mencionadas, quer a dos documentos PCN’S da teoria à prática (1998, p. 33), relacionando à de Facci (2004, p. 202-203), torna-se evidente o uso das teorias quais já mencionamos

como opostas, como afirma Duarte (2006, p. 58) na tentativa de convencer os mais diferentes educadores, com seu construtivismo eclético, na tentativa de equilibrar e sobrepujar o antagonismo existente “entre indivíduo e sociedade; entre o psicológico e o sociopolítico, no terreno das concepções pedagógicas”.

Continuando as reflexões acerca das concepções pedagógicas e a tentativa de combinação feita nos Parâmetros em Ação, bem como nos Parâmetros Curriculares Nacionais, a interpretação a que podemos alcançar quanto às misturas teóricas, utilizamos mais uma vez os estudos de Duarte (2006, p.57):

Ou seja, abandonemos as polêmicas desnecessárias e improdutivas, não percamos tempo fazendo a crítica desta ou daquela corrente educacional. Busquemos o que cada uma possa trazer de contribuição para uma proposta atual.

Não deixando de lado as afirmações do autor supracitado, é portanto necessário atentarmos para as intenções contidas para que tais ideias e sugestões sejam oferecidas na elaboração dos documentos para a formação dos professores, na década de 1990, sendo que já estão claramente expostas neste trabalho, as intenções contidas nas reformas educacionais, conforme exige cada momento histórico em nossa sociedade.

Porquanto, é imperativo o convencimento de que em cada proposta educacional oferecida à sociedade está implícito, o interesse dos que almejam a manutenção ou a reorganização da situação atual da economia que rege as relações sociais. Ou seja, o controle da consciência, do conhecimento daqueles que na tentativa e na busca incessante de sobrevivência, assume o discurso com aparência de novidade. Com a justificativa da modernidade, sem saber interpretar os reais interesses contidos em tais propostas.

Interesses estes que à luz dos escritos de estudiosos, entre eles, Duarte (2006) assegura que, o discurso sobre a educação tem como tarefa esconder as contradições do neoliberalismo em seu projeto de sociedade que nada mais é do que as contradições do capitalismo contemporâneo, o qual apresenta como proposta de superação dos problemas sociais em questões de consciência individual a ser alcançado pela educação.

Podemos então colocar dentro desse contingente em particular o professor, que perante a inovação que facilitaria seu trabalho em sala de aula, além da propaganda feita pelo MEC, já mencionada neste estudo quanto à divulgação dos documentos aqui analisados, o caminho para a aceitação é facilitado nas propostas pedagógicas, elaboradas especialmente para facilitar o trabalho do professor. Este será o assunto que dará continuidade ao tema central proposto e estruturado para o presente estudo e abordado no item a seguir.

1.4 Os princípios pedagógicos dos parâmetros em Ação

Ao abordarmos as questões pedagógicas assumidas nos Parâmetros em Ação, primeiramente o documento intitulado Parâmetros em Ação “Dimensão Pedagógica” (2000) já no início de seu texto deixa explícita uma carência na formação dos professores, e essa deficiência agravou-se com a democratização do acesso à escola para a população brasileira posterior à década de 1970.

Ante essa realidade, certifica o documento aqui estudado Parâmetros em Ação Dimensão Pedagógica (2000) que tornam-se crescentes os desafios para os professores exigindo que este trabalhe com diferentes realidades culturais. Assim a formação docente nacional não oferece capacitação suficiente. Como assegura o próprio documento acima mencionado “Dimensão Pedagógica” (2000) “[...] que capacite os professores a trabalharem com a diversidade e pluralidade de formas e conteúdos sociais, culturais e cognitivos de seus alunos e familiares.” (BRASIL, 2000, p. 3).

Tais afirmações tornam-se justificativas para que sejam nomeadas e recomendadas as concepções pedagógicas que atinjam os objetivos primeiros que seria a formação dos profissionais da educação brasileira. Partindo deste propósito, segundo os Parâmetros em Ação Dimensão Pedagógica (2000), a proposta para a formação de docentes é direcionada para que os professores “construam, incessantemente, competências profissionais, de maneira que sejam capazes de mobilizar múltiplos recursos [...]”. (BRASIL, 2000, p. 3).

A partir de então a educação brasileira, segundo o documento Parâmetros

em Ação Dimensão Pedagógica (2000, p.3), iniciando pela formação de professores passa a receber as orientações pedagógicas adotadas pelo MEC. As dez competências definidas por Philippe Perrenoud em sua obra: “Dez novas competências para ensinar” (2000, p. 13-14), em que oferece um novo papel para o professor nas sociedades pós-industriais. As mesmas são elencadas pelo documento aqui estudado na seguinte ordem:

- 1 Organizar e dirigir situações de aprendizagem;
- 2 Administrar a progressão das aprendizagens;
- 3 Conhecer e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação;
- 4 Envolver os alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho;
- 5 Trabalhar em equipe;
- 6 Participar da administração da escola;
- 7 Informar e envolver os pais;
- 8 Utilizar novas tecnologias;
- 9 Enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão;
- 10 Administrar sua própria formação continuada.

Conforme as afirmações do documento Parâmetros em Ação Dimensão Pedagógica (2000) estas orientações pedagógicas fundamentadas nas competências vêm a ajudar os professores a avaliar a realidade de cada aluno, intervir sobre ou em relação á aprendizagem e tornar atual a formação dos educadores para que se respondam às necessidades, também atuais, da sociedade. Uma vez que assim se justifica o documento Parâmetros em Ação Dimensão Pedagógica (BRASIL, 2000, p. 4):

Assim, historicamente, a formação inicial e continuada de professores tem gradativamente desfocado, em seus objetivos, conteúdos e estratégias, o objeto que é o fim último, de seu papel na educação escolar, qual seja a construção de competências para ensinar, [...].

Podemos então interpretar que, o desenvolvimento das competências seria para este modelo educacional o “fim último”, o elemento central da educação

escolar. Não havendo a necessidade se oferecer ao aluno a oportunidade de refletir sobre o que acontece nesta sociedade, assim como as relações existentes nela, seus elementos determinantes e qual o papel do aluno como sujeito da sociedade.

As questões referentes ao trabalho e à exclusão que exerce a sociedade, além de incumbir à escola esta tarefa de preparar o indivíduo para o trabalho. Porém utilizando o discurso de propostas de se formar alunos críticos, mas sem esclarecer críticos em que.

À escola é atribuída, a responsabilidade de discutir as questões sociais por meio dos temas transversais, a igualdade de direitos, preparar para o exercício da cidadania, construir uma sociedade democrática, oferecer uma educação de qualidade, oferecer ao indivíduo oportunidades diferenciadas de inserção sociopolítica e cultural. No entanto, ante as questões postas na sociedade, entre elas podemos citar a competitividade, fruto dos ideários neoliberais que faz com este discurso a remissão da responsabilidade de uma sociedade e uma educação. Considerando aqui as reformas acontecidas na década de 1990, realmente, comprometida com a oportunidade para todos, responsabilizando o indivíduo pelo seu desempenho social e profissional. Podemos observar nos estudos de Saviani (2007, p. 428):

O acesso a diferentes graus de escolaridade amplia as condições de empregabilidade do indivíduo, o que, entretanto, não lhe garante emprego, pelo simples fato de que, na forma atual do desenvolvimento capitalista, não há emprego para todos: a economia pode crescer convivendo com altas taxas de desemprego e com grandes contingentes de populacionais excluídos do processo. É o crescimento excludente, em lugar do desenvolvimento inclusivo que se buscava atingir no período keynesiano.

Retomando o conteúdo do documento aqui estudado, nas questões pertinentes aos princípios pedagógicos, o referido documento declara serem as competências a saída para as necessidades educacionais contemporâneas. Podemos observar que o documento Parâmetros em Ação Dimensão Pedagógica (BRASIL, 2000, p 5) prioriza em sua proposta, sensibilizar os professores e especialistas em educação no valor da “criação e da realização de práticas de formação que criem condições significativas e desafiantes para o desenvolvimento das competências para ensinar.”.

Segundo o documento acima mencionado, Parâmetros em Ação Dimensão pedagógica (2000, p.7), para que ocorra o desenvolvimento das competências é oferecido tanto à escola quanto ao professor, estratégias que estão em consonância com o que se exige na sociedade. Ou seja, “organização de grupos de estudo” atitudes que gerem a comunicação dos saberes, propiciem o surgimento de uma cultura de debate e reflexão pedagógica além de ser um auxílio na busca de meios para enfrentar as dificuldades de caráter cognitivo, atitudinal e didáticas.

Para que se concretizem as propostas educacionais elaboradas e priorizadas nos Parâmetros em Ação é adotada então, a tendência teórico-metodológica construtivista. Tal questão pode ser evidenciada no documento Parâmetros Curriculares Nacionais da teoria a prática quando este assegura com a seguinte afirmação. PCN’S da teoria à prática (LAGO, 1998, p. 26):

Admitimos como base teórica a concepção epistemológica socioconstrutivista e, em decorrência, torna-se imperativo proporcionar ao aluno condições e atividades que permitam construir permanentemente seu próprio conhecimento em um processo de interação social. [...].

Nessa perspectiva, ao assumir seu posicionamento teórico o documento PCN’S da teoria à prática (1998), também apresenta cinco princípios pedagógicos, os quais discorreremos neste momento e, que julgam os Parâmetros em Ação virem a ser necessários para que ocorra a aprendizagem do aluno.

Para tanto, recomenda o primeiro princípio, ser imperativo que o ensino oferecido pela escola priorize a ação do aluno, para que o mesmo tenha oportunidade de “sentir”, “perceber” “compreender”, “conceituar”, “raciocinar”, “discursar”, “transformar”. Somente pela ação do aluno, afirma o documento, é que acontece a aprendizagem.

A coletividade é outro item apresentado. Sendo a interatividade e o trabalho em equipe, uma exigência em qualquer atividade. Os dois princípios anteriores levam ao terceiro, que é a produtividade. Afirma o referido documento PCN’S da teoria à prática (1998, p. 28) “A verdadeira cidadania baseia-se, entre outros, neste aspecto fundamental: **ser útil à sociedade**. (grifos do autor)”.

Assim, ao adotar a produtividade, garante o prazer em aprender, ou seja, a

“pedagogia do prazer”. Em sentido duplo, este gera “o prazer de aprender e o prazer de ensinar.”. Surgindo, por meio do lúdico e da emoção. PCN’S da teoria à prática, (1998, p. 28) “[...] a diluição das fronteiras entre prazer e trabalho”.. Finalizando, para dinamizar os princípios anteriores é necessária a incorporação tecnológica. Pois esta se encontra vinculada ao processo produtivo e, seu domínio traz vantagens para o professor, assim como ao aluno na vida social.

Para que aconteça a aprendizagem desejada dentro das propostas pedagógicas oferecidas ao professor, o mesmo deve pensar seu trabalho pautado na postura mediadora, proporcionar a interação entre alunos em si, o meio em que vivem, considerando os objetos e os instrumentos do conhecimento. Afirmções postas em, PCN’S da teoria a prática (1998, p.33), “[...] **O melhor professor é aquele que ensina a aprender**, tendo como maior aliado a realidade (...). De fato, **não existe construtivismo sem um bom professor**. (grifos do autor). Ele é o suporte intelectual e emocional do aluno na interação com o meio, [...]”.

Avaliar dentro da proposta pedagógica socioconstrutivista, PCN “da teoria à prática” (1998) é considerar sempre a capacidade de observação, interpretar os momentos oferecidos pelo aluno, comparar com a realidade e os acontecimentos, relacionar com o que foi planejado, registrar, buscar novas soluções por meio das diferentes linguagens.

Afirma a proposta de formação para professores PCN’S da teoria à prática (1998), que o professor deve oferecer diferentes materiais além de orientar aos alunos, desencadeando problematizações e assim proporcionar o avanço do aluno na aprendizagem.

Também é recomendado nesta proposta, PCN’S da teoria à prática (1998, p. 34) o uso de “[...] muitos outros recursos [...]”. Podemos então observar que, após uma extensa propaganda do livro didático como apoio fundamental ao professor, bem como sugere que o livro didático “[...] tem o dever de ser condutor do raciocínio, incentivador da interatividade [...]” e dever de ensinar a construir o conhecimento. PCN da teoria a prática (1998, p. 34).

Depois de um longo discurso de convencimento quanto à importância que se deve dar ao livro didático, note-se aqui que já mencionamos ainda nesse trabalho a pesquisa sobre a editora que elaborou um dos livros que compõe os módulos de

formação para professores e também tem seus livros didáticos para as séries iniciais aprovados pelo MEC. É de se relatar com estranheza defender uma educação com um de seus princípios pedagógicos já mencionados acima, intitulado “Incorporação tecnológica” e priorizar o uso do livro didático na escola. Como pontua PCN’S da teoria à prática (1998, p. 34), “Embora o livro didático exerça, na escola, **uma função estratégica**, (grifos do autor) é necessário incorporar ao processo de ensino as novas tecnologias como o CD ROM, vídeo, projetor, computador e outras ferramentas.”

Não vamos nos ater muito ao assunto. Contudo, após um longo texto em defesa do uso do livro didático na última referência anteriormente citada, no último parágrafo é sugerido o uso de “outras ferramentas”. Além do mais, posterior às sugestões de incorporação das ferramentas em momento algum dentro das orientações didáticas, o documento aqui estudado oferece informações e indicações de como utilizar tais ferramentas e quais seriam as melhores formas de utilização das mesmas.

Outra questão de suma importância a ser averiguada é que o MEC oferece uma formação aos profissionais da educação pautada na troca de experiências, reflexões sobre o cotidiano e debates em grupos sem se preocupar se o professor tem ou não o domínio suficiente das novas tecnologias. Para que se ofereça, como a própria proposta pede e reconhece as necessidades de se adotar o uso das tecnologias nas escolas. Parâmetros Curriculares Nacionais da teoria à prática (1998, p. 30), “[...] As novas tecnologias estão pressionando a criação de novos cenários pedagógicos. [...] sonegar a tecnologia de ponta às gerações que estão sendo educadas é uma irresponsabilidade [...]”.

Diante de tais propostas e com um número considerável de materiais que indicavam, passo a passo, ação dos professores, fica duvidosa uma proposta que realmente tenha sido pensada para a formação esclarecedora desse professor.

Formação esta, que se resume às orientações pedagógicas apenas relacionadas nos procedimentos práticos do professor, em que mais se parece com manuais de instrução, com indicações de como agir em sala de aula, não podendo ser de outra forma, nem se pensar em outras possibilidades, menos ainda, em interpretações diferentes. Senão, corre-se o risco de não dar certo. Numa proposta

de tão grande proporção, não pode ser desconsiderada pelo professor. A ele é atribuída a responsabilidade do sucesso da educação por aqueles que elaboraram tais propostas. E por que não da sociedade.

1.5 Considerações finais

Em suma, fica explícito na análise por esse apresentado que ao professor, dentro da proposta dos Parâmetros em Ação, foi planejado um modelo que viria a contribuir, ou concretizar um modelo de indivíduo e de sociedade para que se respondam as exigências do mercado. Para que se alcance o indivíduo almejado para as demandas do capital, aquele sujeito criativo, que sabe trabalhar em equipe, busca soluções para os problemas que eventualmente surgem no trabalho e na vida e que esteja disposto a aprender sempre; necessário se faz alguém preparado para esse fim. Nesse contexto, para responder essa questão se fez pensar em um profissional que está mais próximo do objeto último a ser formado, bem como tem em suas mãos uma ferramenta de controle denominada educação.

Sob essa ótica o professor objetivado nos Parâmetros em Ação, novamente se torna um transmissor. Um transmissor da competitividade, da luta pela sobrevivência dentro de um sistema do qual vence o melhor, o mais preparado e que consegue adaptar-se na era da modernidade. Daquele sujeito que pensa na coletividade olhando para o sucesso individual. É o modelo neoliberal de indivíduo que deve responder tanto pelo seu sucesso quanto pelo seu fracasso no contexto das tecnologias e do conhecimento. Por fim, de tudo o que foi dito paradigma de aluno, também é atribuído ao professor.

NOTAS:

[1] No volume: Referenciais para Formação de Professores. Brasília, MEC. (1999, p.175-176), podemos conferir a relação de todos os consultores, especialistas, equipe de concepção e elaboração dos documentos. Bem como as instituições que emitiram pareceres quanto à elaboração das propostas educacionais na década de 1990.

[2] O documento intitulado Parâmetros Curriculares Nacionais da teoria à prática (1998) foi elaborado por Samuel Ramos Lago da editora Lago e oferecido para a formação de professores posterior aos Parâmetros em Ação, vindo a complementar o mesmo, porém sem a obrigatoriedade da participação dos professores como ocorreu no documento aqui analisado, ou seja, os Parâmetros em Ação.

Referências

DUARTE, Newton. **Vigotski e o “aprender a aprender” críticas às apropriações neoliberais e pós-modernas de teoria vigotskiana** – 04. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

BRASIL. **Parâmetros em Ação – 1ª a 4ª séries**. Brasília, MEC, 1999

_____. **Parâmetros em Ação**. A natureza da assessoria no “programa Parâmetros em Ação” Brasília, MEC, 2000.

_____. **Parâmetros em Ação** dimensão pedagógica. Brasília, MEC, 2000.

_____. **Referenciais para formação de professores**. Brasília, MEC. 1999.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional** (Lei nº. 9.394/96), Diário Oficial da União, Brasília, pp.27.941-27.841, de 23/12.

_____. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional** (Lei nº. 9.394/96), Diário Oficial da União, Brasília, pp.27.941-27.841, de 23/12.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias. **Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor?** : um estudo crítico-comparativo da teoria do professor reflexivo, do construtivismo e da psicologia vigotskiana. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os Delírios da Razão. Crise do Capital e metamorfose Conceitual no Campo Educacional. In: GENTILI, Pablo. (org.) **Pedagogia da exclusão**: o neoliberalismo e a crise da escola pública. (crítica ao neoliberalismo na educação) Petrópolis. RJ: Vozes, 1995. Pp. 77 - 108.

LAGO, Samuel Ramos. **Parâmetros Curriculares Nacionais** da teoria à prática. Campina Grande do Sul, PR: Ed. Lago, 1998.

_____. Disponível em: <http://www.lago.com.br/institucional.php> Acesso em:

25/03. /2009 16:35 min.

_____.Disponível em: http://www.lago.com.br/institucional_proposta.php. Acesso em: 25/03/2009 16: 35 min..

_____.Disponível em: http://www.lago.com.br/institucional_reconhecimento.php
Acesso em: 25/03/2009 16:36 min.

MACEDO, Elizabeth Fernandes de. Parâmetros curriculares nacionais: falácia de seus temas transversais. IN: MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. (org.). **Currículo: Políticas e práticas**. Campinas, SP: Papirus, 1999. Pp. 43-58.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SAVIANI, Demerval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. (Coleção memória da educação).